

ELEIÇÕES

Transição partidária

Deputados e especialistas comentam as expectativas com a abertura do prazo para troca de legenda a partir do dia 3

» TAÍSA MEDEIROS
» DEBORAH HANA CARDOSO

O mês de março será movimentado para os deputados com planos de mudar de legenda para as eleições deste ano. Com o início da janela partidária, que ocorre de 3 de março até 1º de abril, os parlamentares estão autorizados a buscar novas siglas sem que isso acarrete na perda do mandato.

E não é só isso. Além da janela partidária, os integrantes da classe política precisam acompanhar as federações partidárias, que se somam neste imbróglio do poder. Com essas mudanças, deputados avaliam se compensa continuar na sigla que, eventualmente, pode se coligar ou federar com outra. Devem considerar, ainda, os interesses regionais nas negociações. Nesta equação, a meta é sobreviver ao sarrafo das urnas em outubro.

De acordo com a professora de direito da Universidade São Judas Carolina Dalla Pace, a janela partidária é importante para a reorganização das legendas. “É uma oportunidade para que busquem maior alinhamento político-partidário antes do pleito eleitoral, e vai fazer com que estejam com as siglas que melhor os representem”, avalia.

O mestre em ciência política e professor da pós-graduação do Ibmec Brasília Danilo Moraes considera a janela partidária um momento crítico de revisão da estratégia eleitoral. E comenta o fator complicador da federação. “A medida promove uma ‘verticalização’ das candidaturas, com um alinhamento necessário entre no plano local, regional e nacional, o que dificilmente se verifica na prática”, destaca.

O **Correio** ouviu congressistas acerca dos obstáculos que se apresentam nesta temporada de transição partidária. Além dos problemas formais na composição de federações, eles contam as perspectivas para o pleito de outubro.

Visão parlamentar

Leia o ponto de vista de deputados federais em relação à janela partidária e às federações

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Marcelo Ramos (PSD-AM)

O vice-presidente da Câmara dos Deputados considera equivocada a regulamentação das federações partidárias e acredita que a decisão acarretará em um baixo número de partidos federados. “Tem dois problemas: um eleitoral e outro legal. Do ponto de vista eleitoral, o candidato se filia ao partido sem saber se haverá uma chapa própria ou uma chapa com outros partidos, se for para uma federação, e isso pode significar mudar tudo na eleição de alguém. E, em segundo lugar: as federações vão ter um programa, que é obviamente diferente dos partidos isoladamente”, argumentou. Segundo Ramos, a lei eleitoral assegura que o candidato possa deixar o partido caso existam mudanças programáticas. E isso pode causar confusão. “As únicas federações que estão se constituindo são aquelas em que os partidos pequenos estão obrigados a ir para uma federação para continuar sobrevivendo”, observou o recém-filiado ao PSD.

Najara Araújo/Câmara dos Deputados



Ricardo Barros (PP-PR)

Na campo do Centrão e da esfera governista, o deputado e líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), estima que cerca de seis deputados da sigla deverão trocar de legenda. “É absolutamente previsível, agora que não tem mais coligação, tem regras novas, e as pessoas precisam se concentrar na hora de tomar essa decisão. Alguns partidos pequenos vão ficar combatidos com pouca representatividade. Quem apoia o governo está se alojando em partidos aliados, e quem é contra está buscando a posição que ficará mais confortável para si e para sua campanha”, explicou. Se, por um lado, já contabiliza as baixas, de outro, o PP considera a chegada de novos integrantes. Um dos cotados é a ministra da Agricultura, a deputada Tereza Cristina (União Brasil-MS). À frente do ministério que interage com um segmento importante de apoio a Jair Bolsonaro, a parlamentar chegou a ser cotada para ocupar a vaga de vice na chapa de reeleição do presidente da República.

Marcelo Ferreira/CB/D.A.Press



Hildo Rocha (MDB-MA)

O deputado Hildo Rocha (MDB-MA) afirma que o partido já contabiliza desfiliações, mas espera adesões também, em movimentos equilibrados. “O MDB continuará do tamanho que está dentro da Câmara”, aposta o parlamentar. O emedebista acredita que o surgimento de forças importantes no Congresso, como o União Brasil, não diminuirá o protagonismo da legenda. Para ele, o MDB ainda tem muito peso eleitoral. “Somos o maior em filiações no país, em número de prefeituras, deputados estaduais, vereadores”, destacou. Ele reiterou que, no Senado, o partido é maioria. Na Câmara, a meta da sigla é ganhar corpo. “Nos manteremos independentes nesta legislatura e esperamos o pleito de 2022, torcendo e fazendo campanha pela Simone Tebet (MS)”, adiantou o deputado. Ele ainda afirma que a expectativa é selar uma aliança com o União Brasil, mas não federação. “No final, todos querem poder de decisão no Congresso. Todo partido quer poder”, conclui.

Will Shutter/Câmara dos Deputados



Sóstenes Cavalcante (União Brasil-RJ)

O líder da Bancada Evangélica na Câmara demonstra insatisfação com a falta de diálogo entre ele e as lideranças do União Brasil. “Eu não fui procurado pelo (Luciano) Bivar (presidente do partido) ou ACM (Neto, secretário-geral da legenda)”, reclama. Outro ponto de atrito, segundo o deputado, é o comando do antigo diretório estadual do DEM no Rio. Sóstenes vê chances consideráveis de mudar de legenda. “O diálogo com o PL está avançado, e esta deve ser minha próxima casa partidária”, disse. O interesse pelo partido está alinhado aos interesses estaduais. O governador do Rio, Cláudio Castro, se filiou ao PL no ano anterior. Sobre as movimentações internas, ele acredita que pelo menos 30 deputados irão se desfiliar do União Brasil. “Só da ala bolsonarista, sairão do PSL uns 25 parlamentares. Outros do DEM”. Ele citou as prováveis desfiliações dos deputados Pedro Lupion (PR) e Geninho Zuliani (SP).

SERGIO LIMA



Kim Kataguiri (Podemos-SP)

Até o momento filiado ao União Brasil, Kim Kataguiri pretende filiar-se ao Podemos, partido de Sergio Moro. Mas a entrevista na qual se manifestou sobre o nazismo atrapalhou os planos. Kataguiri afirma que jamais fez apologia ao regime de Hitler, contudo, integrantes do Podemos estão cautelosos em estabelecer um vínculo com o parlamentar após o episódio. Em relação à janela partidária, Kataguiri afirma haver uma disputa entre os deputados pela presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara e para formar a maior bancada. Por isso, a expectativa pela transição partidária é grande: “É nela que os partidos irão medir suas forças para as eleições”. Ele cita negociações envolvendo o colega Juscelino Filho (MA), também filiado ao União Brasil. Kataguiri cita o parlamentar como exemplo de desfiliações em razão de interesses regionais. Em relação aos partidos governistas, o deputado menciona atritos entre o Progressistas e o Republicanos.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Não adianta ficar Putin, a Ucrânia já ganhou

O samba vencedor do Carnaval de 1991 do Bloco de Segunda foi um dos melhores do carnaval carioca daquele ano, empolgando a multidão que desfilou pelas ruas do Humaitá já na concentração dos foliões, a área de descarga dos caminhões que abastecem a Cobal de Botafogo. Era o início da chamada Era Collor de Mello, o breve, que havia sido eleito com a discurso de por o Brasil em sintonia com o mundo moderno. Progresso, civilização, o jovem presidente propunha ao Brasil retomar o rumo do futuro, a partir da abertura comercial e da ultrapassagem do velho modelo de substituição das importações pela integração competitiva à economia mundial.

Estado mínimo, privatizações, modelo de acumulação flexível, sua agenda neoliberal era polêmica, mas fracassou. O que não faltava para os blocos de rua, que ressurgiam com força por todo o Rio de Janeiro, era assunto para sambas e marchinhas. Por exemplo, o confisco da poupança, que fez naufragar o plano econômico da então ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, e do presidente do Banco Central (BC), Ibrahim Eris.

1991 foi também o ano da Guerra do Golfo (1991), ou seja, da invasão do Kuwait pelas tropas do Iraque, por ordem

do ditador Saddam Hussein, cujo Exército era equipado com carros de combate brasileiros e mísseis Scud, de origem soviética. “Parece inusitado, mas o enredo estava dado. O samba ganhador consegue dar conta desse conjunto de informações fragmentadas que a mídia reproduzia e o faz com absoluta naturalidade”, descreve o argentino Jorge Sapia, em parceria com Andréa Estevão, em “Narradores e narrativas do carnaval de rua carioca”, ele próprio um folião de raça:

“A um passo da Modernidade / Ultrapassado nós tratamos com desdém / Coisa mais antiga que Riad / Só o turco Eris, o Sírio de Belém / O bloco de Segunda qualidade / Canta o futuro, acredita e diz amém / Se os jovens aliados só dão uma / Sem muito esforço Saddam dá mais de cem / O Scud quem minha senhora / Esses Scuds são de quem? / Dos patriotas que alumiam as noites de Jerusalém” — a multidão cantava, com malícia.

E a Ucrânia?

A Guerra do Golfo Pérsico, entre 1990 e 1991, foi um dos maiores conflitos armados da região e a maior investida

POLÍTICA E MORALMENTE, O PRESIDENTE RUSSO JÁ ESTÁ DERROTADO; PODE ATÉ OCUPAR KIEV, A CAPITAL UCRANIANA E BERÇO HISTÓRICO DA PRÓPRIA RÚSSIA, PORÉM, CEDO OU TARDE, TERÁ QUE BATER EM RETIRADA.

aérea até então. O Conselho de Segurança da ONU pediu que o Iraque se retirasse do Kuwait e impôs uma proibição mundial ao comércio com o Iraque. Saddam subestimou a comunidade internacional e anexou formalmente o Kuwait. Como a pressão internacional não foi o suficiente, uma coalizão liderada pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido, sob comando do então George W. Bush (o “pai”) e a premiê britânica Margaret Thatcher, realizou cinco semanas de bombardeios sobre as tropas iraquianas, para apenas 100 horas de ataques terrestres. Saddam Hussein aceitou um cessar-fogo com o rabo entre as pernas.

Entretanto, o ajuste de contas final viria em 2003, quando os Estados Unidos e o Reino Unido iniciaram a Guerra do Iraque com um objetivo de destruir “armas de destruição em massa” que

nunca existiram. O presidente George Bush, o filho, vingou o pai: Saddam foi preso, julgado, condenado por genocídio e executado. O Iraque, porém, virou um caos. Em 2011, quando as tropas americanas se retiraram, jihadistas criaram um Califado, o Estado Islâmico do Iraque e do Levante, que ocupou boa parte do território do Iraque e da Síria. Somente foram derrotados em 2017, mas o Iraque se tornou um país falido e instável. O ditador sírio Bashar Hafez al-Assad só permaneceu no poder graças ao apoio da Rússia. Essa guerra causou grande ressentimento contra o Ocidente em boa parte das populações árabe e muçulmana.

No sábado, numa sátira à crise na Ucrânia e à proibição da prefeitura a desfiles dos blocos de carnaval de rua por conta da pandemia, um bloco

rebelde se organizou pelas redes sociais e desfilou pelas ruas da região portuária do Rio de Janeiro: “Não adianta ficar Putin”, era seu nome. A folia começou às 8h e foi encerrada às 11h no Boulevard Olímpico. Flyers nos grupos de WhatsApp mobilizaram para o cortejo clandestino, que reuniu cerca de 100 pessoas, todas sem máscaras. O grupo tático da Guarda Municipal dispersou os foliões sem violência, por causa da pandemia. Zero solidariedade ao presidente da Rússia, Vladimir Putin.

Com toda certeza, se não houvesse a proibição do carnaval, Putin e o presidente Jair Bolsonaro estariam passando os piores momentos na boca do povo, nos blocos de carnaval. A pandemia desmobilizou os foliões. Política e moralmente, diante da crescente reação internacional à invasão da Ucrânia, o presidente russo já está derrotado; pode até ocupar Kiev, a capital ucraniana e berço histórico da própria Rússia, porém, cedo ou tarde, terá que bater em retirada, como Napoleão Bonaparte, depois de ocupar Moscou em 1812. Pior, o mundo nunca mais será o mesmo, a invasão está legitimando a expansão da Otan, revigorou o mito fundador da Ucrânia como nação e os ressentimentos contra a Rússia.